

pelas relações inter-geracionais. Todo o processo é clarificado com exemplos do seu trabalho clínico e dos seminários que dirigiu com Daniel Goleman.

Ao longo do quarto capítulo, 'Spiritual Alchemy', sustentado profundamente na filosofia budista, Bennet-Goleman conduz o leitor ao terminus de uma viagem que se supõe não terminar. A prática da meditação resultará em mudanças cognitivas e emocionais e numa capacidade crescente de perceber os pensamentos e emoções, não como partes exclusivas do self, mas como reacções comuns a todos os seres humanos.

Helena Espírito Santo

Instituto Superior Miguel Torga

Karen Healy. 2001. *Trabajo Social: Perspectivas Contemporâneas*. Título original: *Social Work Practices: Contemporary Perspectives on Change*. Sage Publications, 2000. Tradução de Pablo Manzano. Madrid/Coruña: Ediciones Morata, S.L./Fundación Paideia. 211 pp. ISBN:84-7112-461-0.

A autora deste livro pretende recriar o trabalho social crítico, através da integração do que considera constituir os aspectos positivos das teorias pós-estruturalistas do trabalho social. A atitude prescritiva do trabalho social crítico sobre o que pode (ou não) ser considerado como uma prática 'correcta', a distância (e até desadequação), em relação à realidade da prática profissional, assim como as representações dualistas entre trabalhador social e cliente permitiram que, segundo Healy, as perspectivas críticas do trabalho social limitassem a sua compreensão sobre conceitos fundamentais (como sejam o poder, a identidade, a mudança), o que levou a um distanciamento entre as suas concepções teóricas e, por outro lado, a prática quotidiana dos trabalhadores sociais.

Embora o trabalho social crítico seja recente, existe um amplo conjunto de teorias sociais que lhe serviram de fundamento, em particular as teorias feministas, o marxismo, o desenvolvimento comunitário, a anti-psi-quiatría e a sociologia radical. Neste seguimento, surgem diversos modelos que podem ser considerados críticos: trabalho social anti-racista e multicultural, trabalho social anti-opressor e anti-discriminativo, trabalho

social feminista, trabalho social radical. Na perspectiva da autora, embora as leituras contemporâneas da obra de Marx se apresentem como um dos contributos fundamentais no desenvolvimento da teoria crítica social do século XX – quer pela via da clássica visão marxista, na qual se destacam os aspectos económicos como determinantes, quer pelo trabalho teórico crítico da escola de Frankfurt, que procura interligar o âmbito económico, político, social, cultural e psíquico – esta não constituiu a sua única influência. Assim, existe uma diversidade de teorias, as quais a autora denomina de 'Ciência Social Crítica' (p.31). Estas orientações teóricas, apesar das suas diferenças, apresentam características comuns, como sejam: a consideração da sociedade como uma totalidade, onde a estrutura social global ordena as diversas relações sociais; a compreensão das relações de poder como o reforço e continuação das desigualdades estruturais da sociedade; a indiferenciação entre poder e dominação; a representação da auto-consciência dos oprimidos como central para os processos de libertação pessoal e social e de mudança nas estruturas sociais.

Contrariamente, porém, as teorias pós-estruturalistas – onde Karen Healy inclui as obras de Foucault e do feminismo radical, como referências centrais na construção da teoria crítica pós-estruturalista do trabalho social – procuram compreender a diversidade das práticas sociais, seus efeitos e a forma como os discursos em que se baseiam foram construídos. Desta forma, a questão não é encontrar a 'verdade' do trabalho social, mas considerar a existência do trabalho social como uma 'expressão' de 'um amplo conjunto de práticas situadas no âmbito local' (p.56). As concepções pós-estruturalistas presentes nesta obra integram, em particular, uma concepção foucaultiana do poder, na qual o poder não é uma propriedade que se possui, mas algo que se exerce e funciona nas interrelações, pelo que não se centra no estado ou nas classes dominantes, mas antes em todo o corpo social. Outro traço desta perspectiva analítica assenta no abandono das análises que procuram a identificação de quem exerce o poder para se basear na identificação e compreensão das práticas desenvolvidas por aqueles sobre quem se exerce o poder (análise ascendente). O discurso é compreendido, nas teorias 'pós', como intrinsecamente constituído no campo das relações de poder, já que a sua formação impli-

ca, tanto a existência de um exercício de poder, como a constituição e a acumulação de saberes. Em suma, o exercício do poder permite a constituição de determinados discursos/enunciados que prevalecem em relação a outros, criando as condições para, em determinado contexto, esses discursos serem considerados como verdadeiros.

A autora integra ainda nas teorias pós-estruturalistas o 'feminismo pós-estrutural radical', expressão que pretende, segundo Healey, referir a obra das pensadoras feministas contemporâneas (Cixous, Gatens, Grosz e Yeatman) que recorrem às ideias pós-estruturalistas para 'transformar as operações dos discursos sociais e políticos que mantêm a opressão de gênero' (p.65), questionando, assim, a lógica dos discursos sociais e políticos, inclusive das próprias práticas feministas modernas. A compreensão da diversidade das identidades culturais e, conseqüentemente, a aceitação das representações como incompletas e provisórias, permite que esta nova perspectiva feminista não reduza o interesse das mulheres a 'um 'grupo' ou a uma luta de oposição entre 'grupos' de mulheres', mas antes à promoção de 'uma política interna de discussão' (p.67). Por conseguinte, recusam-se as oposições 'tradicionais' entre homem e mulher, a favor de uma revalorização do termo 'mulher' e de uma contínua reconstrução dos conceitos, a fim de se analisar a diversidade existente no interior de cada categoria e os aspectos comuns entre ambas.

Em seguida, a autora procura construir um 'diálogo' entre as perspectivas críticas e pós-estruturalistas, da qual resultam algumas das seguintes considerações. O trabalho social crítico vai questionar a identidade do trabalhador social, ao considerá-lo como um actor que permite a 'reprodução das condições opressoras' (p.13), nomeadamente, através da relação que estabelece com os clientes, na qual possui e assume o poder e o conhecimento técnico como um instrumento de dominação. Para os críticos, esta limitação será ultrapassada, pelo redimensionamento da sua prática, no sentido de existir um 'compromisso político' (p.35) com as populações oprimidas e empobrecidas, e, de igual modo, pelo papel activo dos profissionais no reconhecimento das desigualdades. Pelo contrário, as teorias pós-estruturalistas, através da utilização do método de desconstrução da verdade de Derrida (frequentemente utilizado pelas feministas radi-

cais), pretendem desvendar as oposições binárias presentes na 'realidade do pensamento social moderno' (p.60). A preocupação em desfazer as visões dualistas prende-se com a consideração de que estas negligenciam as diversidades existentes no interior das categorias e os aspectos comuns em categorias distintas – por exemplo, a distinção entre homem e mulher não permite compreender a diversidade existente dentro de cada um dos sexos, nem tão pouco a semelhança entre ambos – assim como criar uma estrutura hierárquica, na qual se privilegia os níveis superiores em função dos inferiores.

Ambas as perspectivas concordam em considerar os trabalhadores sociais como agentes de controle social que actuam, juntamente com outros actores, no disciplinamento dos indivíduos e das populações, baseando a sua acção no conhecimento que adquirem sobre as mesmas e construindo, dessa forma, estratégias de actuação mais eficazes para a manutenção da ordem social. Este controle social é, porém, considerado de forma distinta em ambas as perspectivas, como, por exemplo, na observação, por parte dos 'críticos' dos trabalhadores sociais, como possuidores privilegiados do poder, e dos usuários, enquanto vítimas repetidas de opressão, razão pela qual 'aconselham' estes profissionais a reduzir e, inclusivamente, 'eliminar o exercício de poder' (p.95). Contrastando com esta visão, as teorias 'pós' afirmam ser impossível a inexistência de relações de poder e, de igual modo, consideram que as prescrições de determinadas práticas e estratégias emancipatórias não são mais do que outra estratégia de construção de 'discursos de verdades' (p.81) e, conseqüentemente, uma forma de implementar determinados comportamentos em função de outros, num puro exercício de poder.

A equidade pretendida pelo trabalho social crítico procura, neste sentido, não apenas a existência de relações de igualdade entre trabalhador social e cliente, mas, também, no interior de todo o corpo social, através das mudanças estruturais no interior da ordem social vigente (reformista) ou de uma transformação global (revolucionária). Desta forma, a estrutura social – considerada como totalidade social – é observada como o pilar fundamental para a análise (e resolução) dos problemas sociais, visão reforçada pela renúncia das concepções individualistas (onde os problemas são considerados como insufici-

ências pessoais) a favor das 'dimensões estruturais' (p.25), ou seja, na análise da opressão, a partir do lugar que os indivíduos ocupam na estrutura social. Ao contrário, as perspectivas foucaultianas e feministas radicais centram-se na análise das práticas locais e historicamente contextualizadas, permitindo a identificação da diversidade das mesmas, as quais são submetidas ao questionamento e a negociação permanentes. Os contextos e práticas sociais locais, enquanto âmbito e análise de acção, em oposição às visões totalizantes da realidade social, assumem, nesta perspectiva, a sua base de acção, formando-se uma 'política de detalhe' (p.71). Desta forma, os críticos pós-estruturalistas rejeitam a utilização de identidades colectivas (como 'mulher' e 'homossexual'), que procuram transformar os problemas privados em questões públicas, tanto por as considerar como uma estratégia de reforço das operações de 'vigilância e disciplina' (p.73), como por permitirem tornar 'público' os problemas da população, facilitando a formação de acções de controlo social e de imposição de determinadas 'formas de ser, pensar e actuar' (p.153).

A adopção de estratégias de consciencialização das populações e a promoção das acções colectivas, com o objectivo de facilitar a participação das comunidades no seu próprio processo de mudança são outra das funções do trabalhador social defendidas pelas teorias críticas. Todavia, os 'pós' consideram que tais discursos de 'libertação' estão 'plenamente investidos de poder' (p.132), tais como os discursos científicos, religiosos, constituindo-se como instrumentos de disciplinamento (adoptando directrizes como a verdade e norma a ser seguida) que podem ser exercidos, inclusivamente, por aqueles que não se 'identificam formalmente com o poder' (p.136).

Em suma, a autora considera que as limitações na compreensão de alguns conceitos, por parte das teorias críticas, são, de certo modo, ultrapassadas pela influência do conjunto das teorias 'pós', embora tais desenvolvimentos apenas tenham começado a ser aceites pelos trabalhadores sociais na década de 1990. Os trabalhos de Foucault e das feministas radicais contribuíram, neste sentido, para a desestabilização das práticas unitárias e das divisões binárias, permitindo criar novas rotinas de trabalho social baseadas na complexidade, instabilidade e na variabilidade dos contextos locais.

Este livro permite, assim, a análise e discussão de alguns dos 'pilares' das teorias críticas, como sejam, a consideração das causas dos problemas (e sua solução) na estrutura social mais ampla, a necessidade do trabalhador social se envolver num processo político com as populações usuárias do serviço e a refutação do exercício do poder por parte do trabalhador social, como expressão de uma prática igualitária. O confronto com as teorias pós-estruturalistas constitui, simultaneamente, um questionamento e uma aceitação das limitações dos princípios referidos. Tendo em conta que as questões do poder estão presentes de forma central em ambas as perspectivas e que, ao mesmo tempo, esse é também um dos principais pontos de divergência entre ambos os campos teóricos, a obra poderia ganhar mais profundidade com a exploração desse tema, no esforço de encontrar novas perspectivas críticas sobre o trabalho social na experiência contemporânea.

Jacqueline Marques

Instituto Superior Miguel Torga

Jesus, Saúl Neves. 2001, 3ª ed. *Como Prevenir e Resolver o Stress dos Professores e a Indisciplina dos alunos?* Porto: Cadernos do CRIAP (Centro de Recursos de Informação e Apoio Pedagógico)/ASA. 44pp.

O livro de Saúl Neves de Jesus deveria ser lido e pensado por todos aqueles que exercem funções docentes e por todos os que, de uma ou de outra maneira, estão relacionados com o sistema educativo. O livro tem 44 páginas, distribuídas por 4 capítulos: capítulo 1 – 'Factores e Sintomas de Stress'; capítulo 2 – 'Estratégias de Coping'; capítulo 3 – 'Estratégias de Relaxamento'; capítulo 4 – 'Gestão da Indisciplina'. Numa breve nota prévia, o autor chama a atenção para o facto de diversas investigações, realizadas em diferentes países, terem verificado que são bastante elevados os índices de stress na profissão docente, sendo a indisciplina dos alunos um dos principais factores dessa situação. Assim, é importante identificar os sintomas e os factores que contribuem para o stress docente, com o intuito de serem encontradas vias que possam ajudar à prevenção e solução dessas situações. Fundamentalmente, são estes dois aspectos que o autor aborda neste seu livro.